

SUMÁRIO

Prefácio	9
Introdução	13
Capítulo 1 – O Estado e a Jurisdição	17
1. A evolução do Estado e a eficiência na prestação de serviços públicos	27
1.1 A Emenda Constitucional 19/1998 e o princípio da eficiência	37
1.2 As funções e as relações do Estado na sociedade contemporânea	40
1.3 O Poder Judiciário como função do Estado na satisfação de direitos	51
1.4 O monopólio da jurisdição e a negativa de acesso à justiça	65
Capítulo 2 – Arbitragem brasileira como meio propício de acesso e democratização da Justiça	77
1. A evolução e declínio do instituto da arbitragem	83
2. A arbitragem contemporânea: aspectos gerais	100
2.1 Espécies de arbitragem: estilo e peculiaridades	101
2.2 Dos árbitros: poderes e deveres	104
2.3 Natureza e princípios jurídicos da arbitragem	110
3. Processo e procedimentos arbitrais brasileiros	123
3.1 A convenção de arbitragem: cláusula compromissória e compromisso arbitral	125
3.2 A revelia e a confissão no processo arbitral	135

3.3 Questões arbitrais e intervenção do Poder Judiciário no curso da arbitragem	137
3.4 Sentença arbitral: coisa julgada, eficácia e nulidade	140
3.4.1 Os reflexos da Lei n.º 11.232/2005 na execução da sentença arbitral e nos embargos	148
3.4.2 A sentença arbitral estrangeira	155
Capítulo 3 – Arbitragem em espécie e a Justiça do terceiro milênio	163
1. Os novos direitos e a universalização da justiça	167
2. Os novos endereços jurisdicionais e a arbitragem nos conflitos em espécie	173
2.1 Os direitos patrimoniais disponíveis e a arbitragem ...	179
2.2 Arbitragem nas relações de consumo	182
2.3 Os conflitos trabalhistas e a solução arbitral	196
3. Superação de obstáculos, harmonização e cooperação das Justiças estatal e arbitral	213
Conclusão	227
Anexo 1 – Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996	231
Anexo 2 – Lei-Modelo da Uncitral sobre arbitragem comercial internacional, de 21 de junho de 1985	243
Bibliografia	263